

42º Encontro Anual da ANPOCS

GT 21 Os juristas na sociedade: conflitos políticos e sentidos do Direito

Os sentidos da docência do Direito: discursos, identidades e diferenças

Maria da Gloria Bonelli

(DS/PPG Sociologia – UFSCar)

Resumo¹

O trabalho investigou se a diversificação do grupo profissional dos docentes e a fragmentação dos modelos institucionais da educação superior no Brasil atuaram para descentrar a docência do Direito, ao mesmo tempo que engendraram sua padronização e estratificação. A hipótese inicial de que esses processos fragmentários produziram práticas e discursos descentrados no ensino jurídico, partiu de uma visão fixa do centro dessa atividade, o que não se confirmou durante a investigação. Encontrou-se a produção de múltiplos significados por parte dos docentes para o que seria esse centro, deslocado de uma posição estática e singular, pela criatividade desses sujeitos que atribuíam sentidos como diferença. Isso se dá seja por meio de embates morais para definir quem é o bom/a boa professora, seja pelas lutas discursivas visando demarcar ou inviabilizar a constituição de fronteiras entre graduação e a pós-graduação, carreira profissional e carreira acadêmica, genderização/racialização da atividade e tentativas de apagamento. O estudo baseia-se em dados sobre a graduação em Direito, extraídos do Censo Nacional da Educação Superior (INEP), de 2015, em informações fornecidas pela CAPES, para o mestrado e doutorado em Direito, e em entrevistas qualitativas com professores e professoras desses cursos.

Introdução

Os professores de Direito no Brasil ultrapassam 32.000 docentes. No Censo Nacional da Educação Superior (INEP), de 2015, 60% desses profissionais eram homens e 77% brancos. Eles e elas lecionavam para mais de um milhão de estudantes de graduação em Direito, distribuídos pelo país, embora com concentração na região sudeste.

Os docentes do Direito podem se autoclassificar ou serem classificados no grupo de professores do ensino superior, mas podem também exercer a docência como ocupação secundária compondo outros grupos, como os das profissões jurídicas (advogados, tabeliães, procuradores, promotores de justiça, defensores públicos, delegados de polícia), como membros superiores do poder público (magistrados), como técnicos intermediários,

¹ Esta pesquisa recebeu apoio da Fapesp, processo 2016/08850-1 e do CNPq processo 303364/2015-7. Contou com a participação das professoras e pesquisadoras doutoras Patricia Bertolin, Rossana Marinho, Renne Barbalho e Veridiana Campos, e como bolsista de graduação de Bruna Verdadeiro Moraes.

servidores públicos, entre outros. A identificação com a docência e simultaneamente com outra ocupação exercida também é comum entre esses profissionais.

Embora as classificações formais não impeçam as lutas concorrenciais, elas institucionalizam as fraturas que separam grupos profissionais, criando reservas, regulamentos, impedimentos. Nos países onde está consolidada a exclusividade do termo “professor” para uma categoria reduzida de acadêmicos, com título de doutorado, ensino na pós-graduação e alta competitividade, os demais profissionais no mundo jurídico que não reúnem essas qualificações estão fora, impossibilitados do pertencimento ao círculo dos professores de Direito.

O caso brasileiro apresenta-se mais fragmentário, com múltiplas oportunidades de uso da nomeação “professor de Direito” e um leque amplo de negociações em torno dessa identificação. Embora haja disputa no professorado visando o fechamento do grupo por meio de exigência de maior titulação e dedicação, a forma como o ensino superior está organizado no país atua em sentido contrário a isso. O fechamento por meio do controle do ingresso no mercado, característico do apogeu das profissões enfrenta mais dificuldades na atualidade, marcada pelo ataque a essas regulações. Tornou-se predominante o hibridismo entre a lógica profissional - focada na autonomia da expertise – a dos negócios e a administrativa, caracterizando o profissionalismo organizacional (Evetts, 2012).

O regime de gênero (Connell, 2006) e a ideologia da meritocracia que acompanham o profissionalismo encobrem a preferência pela masculinidade, que sustenta a noção da “melhor pessoa para o trabalho” (Thornton, 2015). Para esta autora, a virada neoliberal nas universidades, guiada pela lógica gerencial revigorou os critérios normativos masculinistas reconfigurando o regime de gênero.

O mérito que é fluido, contingente e instrumental foi construído como neutro e objetivo. A ‘excelência profissional’ é atribuída de acordo com padrões masculinos e o ‘mérito’ segue práticas informais racializadas (Sommerlad, 2015).

Contrastes entre graduação e pós-graduação em Direito: perfil docente e discente

Há uma grande oferta de cursos privados de bacharel em Direito e de especializações, se comparada aos cursos de mestrado e doutorado. Em 2015, havia 1.171

curso de graduação, 3.200 cursos de especialização sem oferecimento de grau, 133 cursos de mestrado e 34 cursos de doutorado.

Como pode ser observado na tabela 1, a disparidade entre o montante de títulos de doutorado e mestrado, em relação aos de graduação produz forte clivagem entre pertencer ou não à pós-graduação. O funil registrado para a progressão do alunado entre os três níveis de titulação também é observado entre os docentes que ministram aulas na pós e aqueles que atuam na graduação. Tal clivagem traz as marcas de gênero, que se masculiniza mais conforme avança o grau de titulação dos discentes - havendo 54% de mulheres entre os bacharéis em Direito - atingindo o ápice da discrepância na docência de pós-graduação, com 71% de homens.

Tabela 1

Discentes e docentes de graduação e pós-graduação em Direito, segundo o sexo (Brasil, 2015)

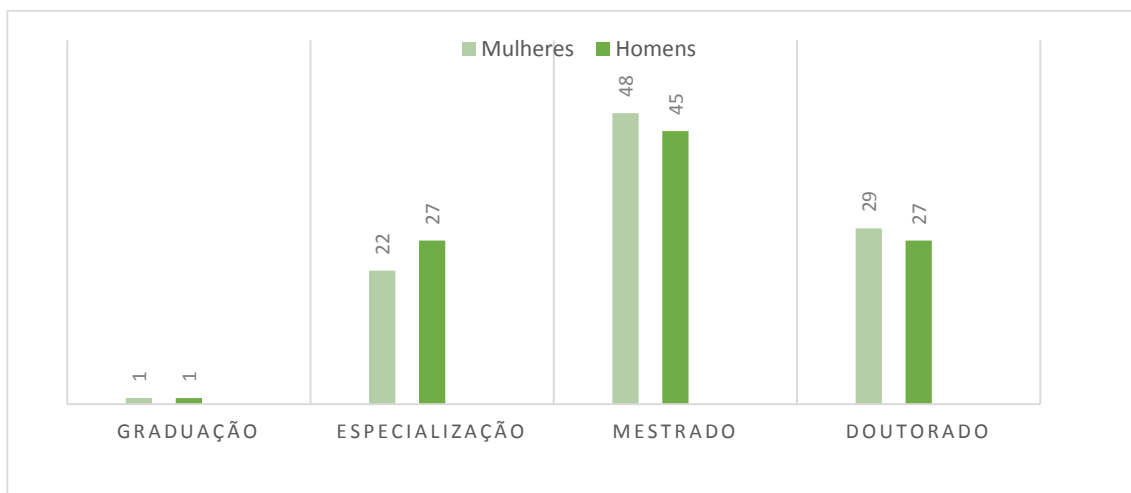
Discentes Sexo	Graduação (%)	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Docentes Sexo	Graduação (%)	Pós (%)
Homem	46	58.3	60.5	Homem	60	71
Mulher	54	41.7	39.5	Mulher	40	29
Total	1.107.405	8.360	2.933	Total	32.249	2.159

Fonte: INEP e CAPES

A qualificação dos professores dos cursos de Direito, que pode ser observada no gráfico 1, é indicativo da fragmentação dessa docência, com a maior presença de professores com mestrado, configurando o perfil de que o doutorado não se constitui em título indispensável para o ensino de graduação, embora este último grau venha se ampliando significativamente e mais rápido entre as mulheres. A exigência do grau de doutor é maior nas instituições públicas, mas mesmo nessas os doutores em 2015 eram 42% do corpo docente nos cursos de Direito contra 26% nas instituições privadas.

Gráfico 1

Distribuição do corpo docente segundo o grau de titulação mais elevado e o sexo

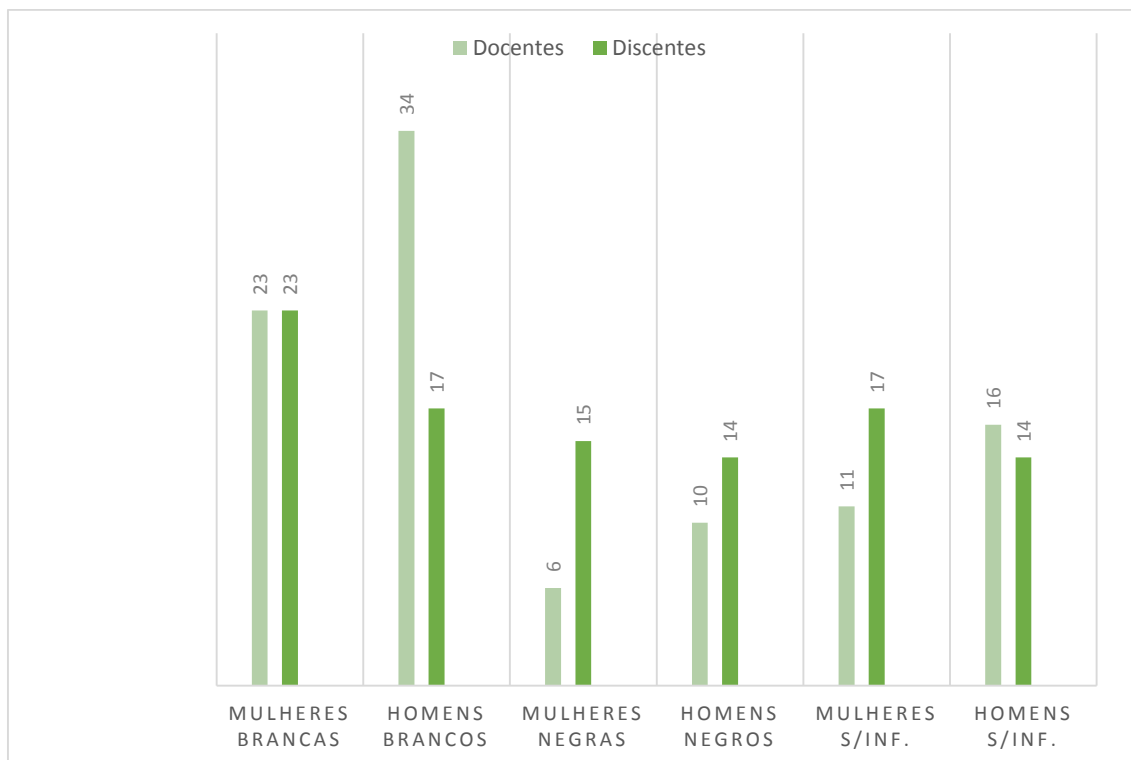


Fonte: Censo Nacional da Educação Superior, INEP Brasil, 2015

As práticas genderizadas na docência são entrecortadas pela racialização da carreira. Registra-se a ampliação das mulheres brancas no ensino de graduação, com 23% de docentes e discentes (gráfico 2), mas também a sobrerrepresentação do grupo de professores constituído de homens brancos (34%), duplicado em relação aos discentes (17%).

Gráfico 2

Comparação entre docentes e discentes de graduação, por sexo e cor/raça



Fonte: Censo Nacional da Educação Superior, INEP, Brasil, 2015

Este trabalho busca compreender como os fatores objetivos e subjetivos apresentados acima, que conformam a docência do Direito no Brasil, são manuseados pelos profissionais nas disputas discursivas para constituir a visão dominante na área, como também para se contrapor a ela, por meio da produção de significados e da agência criativa nas lutas morais em torno de quem é o bom professor / boa professora.

Nessa pesquisa, a docência é concebida como uma prática discursiva que produz significados, e os docentes como sujeitos do discurso que produzem significados como diferenças. A diferença é entendida como agência criativa pela qual sujeitos atribuem sentidos negociados na interação, em vez de algo a ser sobrepujado pela integração ou por meio de seu apagamento. Mesmo quando a docência é praticada em instituições com características fixas, restringindo a autonomia profissional, nelas os docentes produzem discursos, significados e subjetividades, como o trabalho de campo permite perceber.

Tomando como referência Brah (2006, p. 374) “o conceito de diferença, então, se refere à variedade de maneiras como discursos específicos da diferença são constituídos, contestados, reproduzidos e ressignificados.” A tipologia sugerida pela autora classifica a diferença como experiência, a diferença como relação social, a diferença como

subjetividade e a diferença como identidade. Para Brah (2006, p. 361), “é útil distinguir a diferença como marcador de distintividade de nossas ‘histórias’ coletivas da diferença como experiência pessoal inscrevendo a biografia individual. Esses conjuntos de ‘diferenças’ se articulam constantemente, mas não podem ser ‘lidas’ uma a partir da outra.”

Metodologia e perfil sociodemográfico dos entrevistados

Além da coleta de dados secundários sobre os cursos, corpo docente e discente de graduação e pós-graduação em Direito, a investigação ouviu, até o momento, 69 docentes homens e mulheres por meio de entrevistas qualitativas, semiestruturadas e apoiadas por um roteiro. Elas foram gravadas, com o consentimento dos entrevistados, perante o compromisso de preservá-los anônimos. As entrevistas duraram entre 40 minutos e 2h20, sendo depois transcritas. Esse material é analisado com o auxílio do software Nvivo12.

As sete IES que compuseram a amostra localizavam-se três na região sudeste, duas no nordeste, uma no centro-oeste e uma no sul. Duas eram universidades públicas, duas universidades privadas de grande porte e três instituições privadas de pequeno porte. Nas públicas foram entrevistados 19 docentes, nas universidades privadas 21 e nas instituições de pequeno porte 29. Quanto aos graus oferecidos, três IES tinham graduação e quatro tinham também mestrado e doutorado.

Quanto ao perfil dos entrevistados, 58% eram homens, 61% brancos, 90% se declararam heterossexuais, 38% tinham entre 31-40 anos e 36% entre 41-50 anos; 59% eram casados ou em união estável (duas uniões homoafetivas), 61% com filhos, 38% eram naturais da região sudeste, 55% possuíam o título de doutor e 33% o de mestre; do total de entrevistados 65 % tinham obtido seu último grau a partir de 2010, indicando como o aumento da titulação docente é recente. Também foram nas instituições públicas que 54% dos professores cursaram esse grau mais elevado e 88% obtiveram-no na área de Direito.

Sobre a ocupação, 57% dos pais dos entrevistados tinham uma ocupação de nível superior, sendo 22% em profissão jurídica; para as mães esse percentual também foi elevado, com 45% tendo ocupação de nível superior, mas 29% sendo do lar. Quanto à ocupação do cônjuge, para os casados/união estável a maioria era de nível superior, sendo 22% em profissão jurídica.

Os entrevistados afirmaram que a docência é a ocupação principal em 70% dos casos, sendo secundária para 22% e equivalente para 8%. Metade dos entrevistados leciona em mais de um estabelecimento, seja de ensino superior ou de outros cursos (preparatórios, especializações). Apenas 33% dos docentes não tinham ocupação secundária e 39% estavam exercendo alguma função de gestão no ensino superior (chefia, coordenação, entre outras). Entre os entrevistados, 28% atua na pós-graduação, seja na IES da amostra, seja em outra universidade, a maioria pública.

O regime de trabalho dos entrevistados se divide entre 30% de horistas, 20% de tempo parcial, 30% de tempo integral e 17% de dedicação exclusiva. A remuneração mensal proveniente da docência apresenta a seguinte distribuição: 35% até 5 mil reais; 35% entre 5.001 e 10.000 reais e 30% entre 10.001 e 20.000 reais. A remuneração mensal no conjunto das atividades é: 10% até 5.000 reais, 27% entre 5.001 e 10.000 reais; 36% entre 10.001 e 20.000 e 36% perfazendo mais de 20 mil reais.

Observações do trabalho de campo

a. Centro e seus significados

Nas entrevistas realizadas observou-se a ausência de um significado único para o que era considerado a centralidade da docência, não havendo um centro universalizado que se fragmenta, desloca, pulveriza, como suposto inicialmente. Assim, a pesquisa redefine esse problema, argumentando que são as práticas na docência que se constituem como social, por meio da produção de significados no contexto. Travando lutas discursivas os docentes produzem diferenças, buscando tornar dominante sua concepção da profissão.

A fala abaixo é de uma docente, doutora, no regime de dedicação exclusiva em uma IES pública. Ela é branca, casada e tem filhos. Atua tanto na graduação quanto na pós-graduação. Está em uma posição na carreira acadêmica, que é bastante concorrida, se vista de fora. Ela vê seu lugar com outras lentes, percebendo-se mais distante da visão que considera hegemônica.

P.: Desempenha outras atividades profissionais além da docência?

R.: A docência para mim na atividade da universidade ela é muito importante. Eu tendo a ter uma leitura de que a docência, pelo menos o que eu posso falar desse campo do direito, ela não é muito valorizada. Para os professores a prática docente

não é uma questão para eles. A valorização se dá, no campo do direito, por duas formas. Uma maneira mais tradicional, de você ter esse capital de fora da universidade, você ser um promotor, um juiz, se capitalizar politicamente não com os critérios da academia, e de uma maneira que está acontecendo agora, com a entrada de sei lá, 10 ou 15 anos, de professores com dedicação exclusiva, uma valorização de um perfil de servidor da universidade, de um professor da universidade, que é muito valorizado pelas publicações e pela produção. E eu sou um pouco dissonante do primeiro caso, porque eu não tenho nenhum capital fora da universidade, sou professora 40 horas DE, e do segundo caso porque eu acho que esse trabalho de formação, que é o trabalho da docência, ele é muito importante. Eu inclusive em alguns momentos, agora isso na minha vida tem mudado um pouco, mas em alguns momentos eu me identifiquei muito mais sendo uma professora do que propriamente uma pesquisadora, enfim. E era muito para marcar esse lugar, eu sempre publiquei, fiz pesquisa e tudo, mas a docência para mim tem um lugar muito importante, embora muito desmerecido eu acho.

Valorizando o trabalho da docência na graduação e as atividades de extensão, a professora que tem circulação e produção acadêmica, mostra-se dissonante quanto ao predomínio da pós-graduação. Em sua opinião, ela está na disputa entre os pares, mas precisa se capitalizar porque os temas que leciona “são mais de fronteira, de direitos mais marginais no curso”. Ela considera que “as características de gênero, sexualidade e raça fazem muita diferença” porque identifica na Faculdade de Direito, “um círculo de poder hegemônico de homens brancos, supostamente heterossexuais, que se retroalimenta”. Além de relacionar as temáticas e as marcas sociais, ela vê fissuras nesse bloco, não o considerando mais tão hegemônico.

A entrevista abaixo foi concedida por um professor mestre, que atua na graduação em várias IES privadas. Considera-se bastante procurado para dar aulas na área de direito penal. Ele exerce a advocacia criminal, e entende que essas ocupações estão bem equilibradas na sua prática, uma complementando a outra. Ele é pardo, casado e tem uma filha. Em sua fala desloca a titulação a mais elevada da posição de excelência docente, dando mais ênfase ao estudo em si, ao conhecimento do tema e à didática.

P.: O que que leva alguém a conseguir essa posição e outro docente não?

R.: Então, eu acho que, assim, primeiro é estudo, o advogado, o professor hoje, ele tem que estar atualizado, não importa se ele é doutor, se ele é mestre. O bom profissional hoje na área jurídica no meu ponto de vista é o profissional atualizado. Segundo ponto de vista é a didática. O professor, ele tem que ter a didática e eu percebo o seguinte, na área jurídica, eu percebo que muitas pessoas estão mais preocupadas em mostrar que elas sabem o conteúdo do que ensinar. Então, eu estou mais preocupado em ensinar. Eu procuro ser o mais didático possível, isso tem me dado um bom retorno, tanto que as faculdades me procuram muito em decorrência disso, pela didática. Eu sou uma pessoa muito próxima do aluno, né? Tenho um contato muito bom, tenho um trânsito muito bom com os alunos, de uma forma geral.

O olhar que estabelecia a docência na pós-graduação como a referência para o professorado fixou no projeto o que não se mostrou fixado no trabalho de campo. Em estudo sobre a nucleação dos programas de pós-graduação do Direito, Varella (2017) não encontrou nenhuma programa tendo predominância nacional. Ele constatou a existência de nucleações regionais com recrutamentos endógenos. Esse processo fragmentário caracteriza a predominância da dominação de particularismos nas práticas da pós-graduação, que se constroem como universais, na busca da prevalência na área.

Portanto, o que seria o centro da profissão está em constante disputa, visando universalizar um desses sentidos específicos. Constitui-se em um “significante vazio”, ao qual os sujeitos atribuem significados (Laclau, 1992). No caso da docência, esse cerne muda se ela é vista como uma extensão das profissões jurídicas, como uma carreira acadêmica, como um híbrido dessas duas, como um trabalho temporário. Os significados estão associados às posicionalidades discursivas mais ou menos negativas na construção dos consensos e dos antagonismos entre sujeitos equivalentes. O centro pode ser construído como a posição a qual o docente quer pertencer (positividade), como também a hegemonia a qual se contrapõe (negatividade).

O trecho a seguir é de um professor doutor que possui vínculo com IES pública e privada, exerce exclusivamente a docência de graduação e de pós, em regime de tempo parcial nas duas universidades, atuando na gestão e em grupo de pesquisa. É branco, separado, sem filhos. Sua posição de liderança na área não o leva a se ver no centro do poder profissional, demarcando sua dissonância com o que considera tradicional.

P.: Como é que é isso? Estar no centro e ao mesmo tempo se ver fora dele?

R. : É, em tempos pós-modernos lidar com essas coisas (risos). (...) Eu, são duas coisas, o olhar externo e o olhar interno. O olhar externo acho que a minha opinião, a minha percepção é mais valorizada por ter justamente uma visão mais completa. O olhar também reflete o fato de que apesar de existir um modelo tradicional, esse modelo tradicional conseguiu abrir brechas ou existem brechas e espaços, se você batalha, se você firma uma identidade, para você conviver com o modelo tradicional. Então, esse modelo híbrido, essa mestiçagem de coisas tem seus problemas, que são percepções negativas, e suas percepções positivas também. Eu acho essa mestiçagem rica, vital e extremamente útil para mim e para os outros. Em determinados setores gera o problema que gera o mestiço, o fato de não ser puro gera desconfiança. Ele é ou não é? É muito mais fácil te encaixar, se você se define para bem ou para mal em um ou outro segmento. Então essa percepção de ... por exemplo, com os meus colegas de uma pública, o fato de eu estar numa privada de repente gera neles uma série de percepções, de suspeitas, uma visão de que eu teria uma ... poderia ter uma visão mercadológica e tal. Eu sou um professor extremamente exigente, não muda em nada o que eu trabalho numa pública, o que eu trabalho numa privada. Mas o fato de eu não ser só de um segmento, gera isso. Há críticas que eu posso fazer ao sistema público, estando em uma privada. Por um lado o segmento pode ser visto com uma visão que oxigena, e por outro, é visto como uma invasão à corporação, no espaço público. No espaço privado, o fato de eu também pertencer a uma pública é visto como um fator de enriquecimento. Até porque o espaço público tem um prestígio grande. A percepção com os meus colegas está muito contaminada por essa coisa híbrida. Eu tenho um colega particularmente que ele é só acadêmico, mas cada vez que ele me vê, ele me diz que eu ficaria tão bem de terno e abotoadura, e gravata, etc. e tal. Mas eu tenho isso, o terno, a abotoadura, quando eu considero que a ocasião merece. Então, se se trata de um espaço extremamente formal, com interlocução institucional, em que o cargo está presente independentemente da minha personalidade, eu gosto de gravata (...)

Embora de excelência reconhecida e ocupando posições acadêmicas valorizadas, o docente identifica seu trânsito entre a instituição pública e a privada e sua informalidade no vestir como deslocados dos preceitos da área.

A próxima passagem é de uma professora de graduação em algumas IES privadas, em regime horista. Está na advocacia, mas com pouca atuação, fez mestrado em Educação. É branca, casada e tem filho. A docência hoje é a ocupação principal. Sua visão distancia-se do projeto inicial que considerava lecionar como atividade exercida em paralelo às profissões jurídicas. Valoriza mais a atuação exclusiva e entende a maior busca por dar aulas como complementação de renda, decorrente das dificuldades de profissionalização no mercado da advocacia, em vez da justificativa do ensino ser ministrado por quem conhece bem a prática.

P.: E como que se deu a escolha pelo caminho da docência?

R.: Na verdade, eu digo que desde a graduação eu sempre fui apaixonada pela Educação, eu gostava sempre de apresentar os trabalhos, né? Sempre que tinha alguma coisa para debater, apresentar, explicar um assunto para os colegas, eu sempre me disponibilizava. E eu tinha em mente que queria lecionar, né? Eu dizia que "ah, paralelamente a advocacia, eu vou ser professora" e a paixão pela Educação, pela docência tem falado mais alto e eu tenho deixado de lado hoje a advocacia, mas a escolha se deu desde a graduação (...)

(....) P.: Na sua opinião quais os principais aspectos que levam um docente a obter essa posição ao invés de outro no ensino? A ocupar determinadas cadeiras ... pelo o que eu entendi, você percebe que existe mais uma disputa em torno de estar nessa atividade de ensino, não é isso?

R.: É, eu acho que sim. Eu acho que estar em atividades de ensino, porque não são muitos que estão dispostos a pesquisa, a extensão, produção bibliográfica também; são poucos, porque já é uma consequência da pesquisa. Eu acho que o que leva é justamente que o número de advogados no mercado de trabalho está cada vez maior (...) Então, eu acho que essa busca por uma atividade paralela até mesmo como uma forma de complementar a renda tem ocasionado essa disputa pelo ensino nas faculdades. Eu acho que é buscando essa renda complementar, outros na verdade, as celebridades do Direito, como eu chamo, buscam status mesmo, né? Reconhecimento, captação de clientes, porque se você está ali diante de diversos discentes, muitas vezes surge uma demanda, uma demanda jurídica e aí ele já tem como referencial daquela determinada matéria o professor. Então, eu já vi colegas dizendo "ah, eu leciono só para realmente captar clientes", "ah, eu

leciono para poder ganhar status, ganhar esse nome, ficar famoso". São várias justificativas, várias aberrações, eu diria, que eu escuto. A docência nem sempre, infelizmente ela é uma atividade exclusiva desse profissional.

Valorizando a formação como mestre em Educação para lecionar na Faculdade de Direito, a entrevistada contesta a visão de que a experiência prática na carreira jurídica seja voltada para a qualidade do ensino, pondo o foco nos ganhos individuais para o profissional.

b. Equivalência na pós-graduação

Predomina nos discursos docentes na pós-graduação a cadeia de equivalência dos antagonismos entre os sujeitos envolvidos nas disputas (Laclau, 1992). As disputas docentes para universalizar particularismos, os conflitos pela hegemonia discursiva até entre posições antagônicas, constroem o concorrente como um equivalente, mesmo quando lhe nega excelência. Ocorrem com muita frequência entre colegas que disputam os sentidos do perfil docente.

Na transcrição que se segue, um professor doutor, branco, casado, sem filhos, lecionando em IES pública e privada, na graduação e na pós-graduação, constrói sua alteridade com um tipo de professor na universidade pública, enfatizando quanto este trabalha bem menos do que ele. Tal clivagem reflete o embate entre pós-graduação e graduação, esta vista como menos exigente em termos de produção acadêmica.

P.: Por que que você fez essa opção (ser docente na pública e na privada)?

R.: ... O meu concurso foi de 40 horas sem dedicação exclusiva. Então, foi isso que a universidade ofereceu, eu me candidatei e venci o concurso. Então, eu estou coerente com o regime pelo o qual eu fui recrutado. Você poderia me perguntar o porquê eu não mudei de regime. Porque para mim é o mais adequado, tendo em vista que de fato na universidade pública eu cumpro a carga horária, eu trabalho com ensino, pesquisa, extensão, orientação e dependendo já fui coordenador de *stricto sensu*, enfim. Então, na prática, eu trabalho mais do que a maioria dos meus colegas que são dedicação exclusiva, alguns não publicam nada, não têm grupo de pesquisa. No curso de Direito, você que não é da área, a maioria das pessoas na pública ou na privada não faz extensão, é muito focado no ensino, alguma coisa

de pesquisa e extensão quase nada. Então, na prática eu trabalho mais do que os meus colegas que estão em regime de DE e por não estar no regime de DE, eu tenho a possibilidade de circular em outros espaços. Então, na universidade privada é possível conhecer outros colegas, ter contato com outros alunos, outros projetos, o que nada prejudica a atuação na pública, pelo contrário. Tem uma interface, os alunos se conhecem, trocam entre si. Então, eu acho que aumenta a minha inserção e também aumenta a capacidade de circulação, difusão do conhecimento e também, claro, de aprendizado.

Esse professor se contrapõe à visão de que a formalidade do regime de dedicação exclusiva represente trabalho efetivo que contemple as diversas atividades acadêmicas, como ocorre com sua jornada, que na prática resultaria em maior compromisso com a docência. O regime da dedicação exclusiva nas universidades públicas não se revelou atraente para vários professores e professoras do Direito, fossem atuantes unicamente na docência de graduação e pós-graduação ou entre os que exerciam carreiras profissionais. Observa-se como a cadeia de equivalência se constitui entre pares que disputam discursivamente posições de poder no meio acadêmico, por meio da negociação de sentidos e da contestação de significados.

No relato a seguir, uma professora doutora, branca, casada e mãe, lecionando em universidade pública e privada, tendo experiência de coordenação de pós na IES privada, comenta sobre a negatividade atribuída à graduação por docentes que só valorizam dar aulas no mestrado e doutorado.

P.: Você acha que essas atividades são as mais disputadas entre os colegas? Estar na pós-graduação?

R.: Então eu sinto isso. Tem muitos professores que eles têm ojeriza à graduação, uma coisa que eu não consigo entender. E eles estarem na pós-graduação é uma garantia de menos carga horária também na graduação. Eles não se imaginam mais dando aula na graduação. Então qualquer coisa para sair de lá. E ter acesso onde a gente está, efetivamente, realizando um processo educacional. Pois bem, eu acho que a pós ela hoje é esse momento de disputa com a graduação, de uma rivalidade muito grande entre os colegas. Nas duas instituições. Aqui eu não faço parte do PPGD, até porque eu não acho que é coerente uma pessoa fazer parte de dois

PPGDs, já que a sua produção só pode ir para um, né? Ou você é de um ou você é de outro. Essa é uma briga que eu tenho aqui...

A entrevistada se antagoniza com os pares que repudiam a graduação, como se esta fosse um tipo de “trabalho sujo” deixado para “outros”, e impulsionando sua carreira na circulação entre programas de pós-graduação, sem um investimento acadêmico-institucional.

Outro exemplo da luta de significados positivos e negativos na cadeia de equivalência é o depoimento abaixo, de um professor doutor que pretende ingressar no programa de pós-graduação na IES privada onde leciona na graduação. Ele é negro, solteiro, sem filhos. Atribui significado positivo ao ensino como fator de emancipação em contraste com o cânone jurídico que vê predominar entre seus colegas.

P.: Teoria geral da pena foi colocada na lista das matérias mais importante do direito, para o senhor, pode falar um pouco sobre isso?

R.: O direito, ele pode ser tanto um instrumento de transformação social, quanto um instrumento de preservação dos arranjos sociais, e alguns professor abordam o direito [sob a ótica] da primeira perspectiva, eu procuro ser um deles, mas muitos outros professores abordam a partir dessa segunda perspectiva, ou seja, o direito tem essa função de manter o consenso social. Ora isso se reproduz em algumas disciplinas, e algumas disciplinas são chaves para determinar qual o potencial que o direito pode ter, de transformação ou de preservação. E essa disciplina teoria geral da pena, do qual você está tratando dos crimes, de quem comete crime, de noções de criminologia, de política prisional, você tem a oportunidade de tratar, de elaborar uma pluralidade de questões que tem interesse direto para grupos minoritários. E para os reflexos do que é uma sociedade justa.

Os significados no jogo entre o positivo e o negativo da cadeia de equivalência na pós-graduação não são fixos. Gênero, sexualidade, raça surgem em discursos negativos (discriminação, subalternização) e positivos (identificação, emancipação).

A passagem abaixo é de um professor doutor, em ensino de graduação e pós-graduação em IES privada, negro, casado e pai. Ele relata a experiência de racialização que se manifesta na universidade, onde ocorreu de sua cor ser associada às atividades subalternas e não à posição docente.

P.: Eu queria perguntar agora se você viveu ou presenciou situações de desrespeito profissional no exercício da docência?

R.: Não, mas eu já vivi momentos de tensão e eu já vivi momentos assim que a questão racial ela apareceu, quase que, como se a pessoa não pudesse se controlar.

P.: Como assim?

R.: Não sei se pode falar na forma da docência, não sei dentro de sala de aula, mas dentro das instituições, por exemplo. Quando eu comecei a dar aula aqui no [nome da IES], toda semana praticamente algum aluno, eu esperando para subir o elevador, algum aluno me cutucava e pedia para eu ligar o retroprojeto, toda semana, toda semana. “Pode ligar lá o retroprojeto por favor, lá na sala?” Toda semana, se eu ficasse parado aqui as pessoas vinham pedir informação para mim. Sempre. Nada quanto a ser segurança, não estou dizendo isso, mas a questão é que é a seguinte, eu relaciono uma coisa que eu falo que é inconsciente. Os meus ternos não são iguais aos ternos dos seguranças do [nome da IES], não é porque são melhores ou piores, mas são até de cor diferente.

P.: Não, não dá para confundir.

R.: Não dá, você entendeu?

P.: É um lugar óbvio não é?

R.: Mas o que dá para confundir, mas o que dá para confundir, mas eu tenho uma coisa em comum com eles, com essas pessoas, nós somos todos negros. Eu tenho a cor, e com muito orgulho, das pessoas da limpeza, dos seguranças, eu não tenho a cor dos professores, entendeu? Eu posso ter muitas coisas melhores que a maioria deles, enfim, mas a minha cor, ela não é igual a dos professores. Então toda semana acontece. Eu já fui barrado, eu estava junto com um amigo meu na [nome de uma universidade] e a gente estava entrando na sala dos professores, o segurança pôs a mão no meu peito assim e falou “onde você vai?” e não parou meu amigo. Aconteceu.

O professor compartilha em sua entrevista as várias experiências de racialização no ambiente acadêmico, que revelam como a lógica da equivalência universaliza o referente branco, e mesmo quando o docente busca ocupar posição simétrica nessa relação

ampliando os sentidos do que é universal, que não se restringe ao dominante, suas marcas sociais são lidas na chave do lugar que o país reserva ao negro, como aquele do trabalho que o branco não quer fazer.

O próximo depoimento é de uma professora doutora, em dedicação exclusiva na universidade pública, lecionando na graduação e na pós. Ela é negra, solteira, mãe. Embora registre as marcas do gênero na carreira, mostra como a equivalência constrói a excelência a partir de um modelo branco e masculino. Muito de seu discurso profissional é formulado na perspectiva da virilidade, confirmando esse perfil para a pós-graduação, mesmo quando exercida por uma mulher.

P.: Você acha que o gênero, sexualidade, a cor, a raça e outras características visíveis influenciam na obtenção de posições profissionais? Como é que você acha que esse processo acontece?

R.: Eu vou falar da minha experiência, olha só, eu acho que estudar no Brasil te embranquece, todos os negros que eu conheço que foram para a universidade ficaram mais brancos. Por quê? Porque isso é um salvo conduto, eu tenho várias histórias de que, até eu mostrar as credenciais de doutora eu não sou nada, depois que eu mostro eu viro a pessoa mais bonita do Brasil. Como na universidade você entra com essa credencial, então eu acho que a discriminação diminui, acho que inclusive gênero pesa mais do que a questão racial, os meus alunos vão querer me matar, mas eu acho que gênero pesa mais do que a questão racial. Por quê? Porque, bom, são coisas que estão entranhadas, mas o lugar público das mulheres ele é mais restrito do que o dos homens, então veja, a machaiada, eu estou falando daqui da universidade, mas quando eu vou para articulação maior da pós-graduação no direito, você vai ver que só tem macho, só tem macho, cadê as mulheres? (...)

(...)Porque a questão feminista, a questão racial me move, elas duas me movem, e a das mulheres me move muito, o lugar das mulheres, negras ou brancas, eu acho que as mulheres negras estão no final do final do final de tudo, mas ela me move mais, me move muito, eu diria até que me move mais assim, porque são espaços que não são para as mulheres, essa ideia de que as mulheres devem ficar no lar, quietinhas, sossegadas, oh “não perturba muito”, eu já ouvi isso gente, já cansei de ouvir, não aqui...

P.: Mas na carreira?

R.: Na carreira, eu já cansei de ouvir “ah! você está perturbando”, um negócio que só tinha macho “você está perturbando”, “eu estou perturbando por quê?”

P.: Na lata assim?

R.: Na lata (risos). De eu botar o dedo na cara da criatura e dizer “vou lhe meter um processo de assédio moral, cale sua boca, se você não quiser ficar mal com todo mundo e eu vou lhe meter mesmo, você sabe que eu sou do riscado, sou boazinha, mas eu sou do riscado”. Eles morrem de medo de mim... Adoro! Mas é uma estratégia macho, não é uma estratégia fêmea... Eu não gosto muito dessa coisa de universo feminino e masculino, mas não é uma estratégia vamos dizer, mais de combinação, de um poder mais circular (...)

Várias mulheres docentes na pós-graduação descrevem essa experiência como uma percepção de ser rígida, rigorosa, forte e outros significados relacionados a ser uma pessoa dura, tendo por referência o profissional como masculino. Observa-se no relato que mesmo em situações de antagonismo real, de conflito sem mediação, há equivalência nas lutas de poder e dominação entre os “colegas” que convivem nessas IES. As maiores dificuldades residem em ampliar os sentidos que se universalizaram na lógica da equivalência tendo como referente o particularismo masculino/branco. O desafio é universalizar nessa cadeia outros referentes, em vez de apagá-los, privá-los.

c. Graduação como lugar da diferença

Os discursos de antagonismo transitam para a lógica da diferença, não reconhecendo equivalência aos docentes quando se referem à massificação do ensino, aos cursos de graduação como negócio, como mercadoria medíocre. Se a língua portuguesa não estabelece a distinção existente entre “teacher” e “professor”, as disputas morais na docência buscam produzir o muro que o modelo de profissionalização não ergueu.

A construção de sentido sobre esses cursos de graduação em Direito não é fixa, havendo também os embates entre a positividade e a negatividade. Os significados de rechaço referem-se a “Uber da educação”, “McDonald da educação” “ensino 1,99”, e desqualifica o profissional como “professor-taxi”. Aqueles que recebem a nomeação

lutam contra ela, transformando a negatividade atribuída à diferença em busca de equivalência, de pertencimento à cadeia. Positivam seu trabalho como inclusão dos desfavorecidos no curso superior, como a capacidade didática em promover o aprendizado a esses alunos, a identificação com a docência.

Um exemplo dessa visão positiva sobre a multiplicação dos cursos encontra-se na entrevista que segue, reforçando a contribuição mais ampla do acesso à formação superior, para o enfrentamento de situações de subalternização e de ausência de reconhecimento. É o relato de um professor mestre, servidor do judiciário, que leciona na graduação em IES privada pequena. Ele é pardo, separado, 5 filhos de duas uniões.

P.: Como é que você vê a multiplicação dos cursos de Direito e a difusão pelo país afora?

R.: Eu, eu sou defensor ferrenho da distribuição máxima possível do saber. Para mim deveria ter mais faculdades de Direito do que tem (...), eu acho que tem pouco (...) Eu fiz curso de Direito e assim, você não imagina, você não faz ideia, você chegar numa audiência (...) julho de 94 eu peguei a carteirinha, tinha pouco mais de vinte e três anos, fui nomeado pela OAB para defender um Zé qualquer, que tinha agredido uma pessoa, não sei. Você chegar no Fórum vestido de Zé, vestido de pobre, eu não sabia, eu fiz faculdade e nunca fui no Fórum, eu nunca fui numa delegacia, eu não fiz estágio, a faculdade naquela época era bem mais precária do que é hoje, era bem menos aberta, era bem mais formal com aqueles medalhões. Aí eu saí com a carteirinha da OAB que eu peguei e fui na audiência, eu estava sem terno, calça jeans, camiseta, boné, olho vermelho, cabelo amarfanhado, cara de mano, sentei no lugar do advogado, processo na frente, peguei, olhei o processo. O cara de capa preta entrou, o promotor do lado, a vítima ali, da vila, morava na vila comigo. O juiz chegou “você, solta esse processo”, eu pensei “o cara deve ser o juiz, deve saber o que está fazendo”, “senhor” eu estava sentado no lugar do advogado, “senta ali”, que é o lugar do réu (...) ele deve saber o que está falando, sentei aqui do lado. Aí o juiz perguntava para a vítima, a vítima olhava para mim e olhava para o juiz (...), ele não perguntou quem eu era. Eu não vou ficar dando carteirada, em lugar nenhum, nunca dei (...) Eu fui lá e sentei no banco dos réus, onde o réu ficava algemado. Aí o juiz perguntava para a vítima, a vítima olhava para trás onde eu estava, depois respondia ao juiz(...). O juiz “saia para fora da sala antes que eu mande prendê-lo, você está visivelmente

intimidando a vítima”. Ele mandou, ele deve saber o que está fazendo, levantei fui na porta da sala: (...) “Excelência, eu devo avisá-lo que o réu não veio e o senhor vai responder essas palavras frente ao Conselho da Magistratura, dá licença, boa tarde!” Primeiro processo dele em vinte e três anos de juiz! Se eu não tivesse tido acesso ao curso de Direito, eu teria feito isso? Eu teria enfrentado? A única coisa que me deu o poder para enfrentar todas as dificuldades da vida foi o conhecimento, foi o saber, você enfrenta qualquer coisa. Então, curso de Direito, curso de Medicina, curso de Engenharia, está faltando, tem que ter mais. Aqui deveria ter duas faculdades, não uma só.

Esse professor positiva o curso superior como potência para que pessoas de uma origem social semelhante à sua, exijam que a lógica da equivalência se amplie a ponto de reconhecer outros pertencimentos, em vez de rechaçá-los sem ter de se deparar com tal resistência.

Há, entre os docentes dessas IES privadas, competição com os pares para obter posições mais valorizadas, mas estas mudam conforme o perfil da instituição. Pode-se tentar conseguir uma unidade bem localizada; melhores horários; disciplina obrigatória em vez da optativa cancelada por poucas matrículas, perdendo a remuneração; cursos de extensão (pós lato senso) que ampliam os ganhos .

Também foram registrados os antagonismos com as mantenedoras, que implementam as decisões, por vezes transformando o que foi almejado na carreira acadêmica, como o doutorado e a pesquisa, em vulnerabilidade. Em alguns estabelecimentos, alcançada essa titulação, o pequeno aumento na remuneração da hora-aula estimula demissão.

Os discursos dos sujeitos nessas instituições relevam a consciência da precarização, com a instabilidade no emprego, o atraso de pagamento, a redução do horário de aula, o corte de pessoal, o risco de ser substituído pela tecnologia virtual. Por outro lado, há o relato inverso, que adere à visão gerencial enfatizando a normalização, aceitação e subordinação a essas condições, compreendendo a necessidade das IES privadas precisarem se reorganizar, para existir e subsistir.

O depoimento abaixo é de um professor mestre, lecionando na graduação de uma dessas grandes instituições. Praticou a advocacia, mas as dificuldades para obtenção de renda regular foram direcionando-o ao ensino. Na sua opinião, o doutorado hoje não é

prioridade, devido aos cortes de docentes com essa titulação, substituídos por outros com especialização. Ele vem atuando no ensino à distância, com mais de 200 alunos nas turmas, mas sente os riscos que essa tecnologia representa para a redução do corpo docente e teme perder a posição. É branco, casado e com filhos.

P.: Você gostaria de comentar algo da sua experiência como docente que você acha que seria importante para eu prestar atenção na minha pesquisa?

R.: É, a grande preocupação é que estamos caminhando para uma mecanização do direito, e cada vez mais a informática vem substituindo o trabalho. Vai ter um dia que o professor vai ser um holograma. Então cada vez mais o professor é substituído pela máquina, pelas questões tecnológicas.

P.: Mas você sente que tem identificação em ser professor?

R.: Sim, hoje em dia sim.

P.: Ou você já está sentindo que sua identificação começa a mudar?

R.: Ainda assim, claro. Tem a questão da inovação, de, por exemplo, buscar uma experiência no ensino a distância. Hoje em dia há uma grande tendência para o ensino a distância. Eu também sou professor no EAD, que é totalmente diferente. Mas eu vejo que a coisa está cada vez mais mecanizada e vai aparecendo mais a tecnologia avançada.

P.: Do jeito que você fala talvez você tenha sido mais identificado com a atividade no passado e hoje você está um pouco mais...

R.: Hoje em dia eu estou naquela expectativa do que virá, entendeu?

A negação da equivalência a esses docentes do ensino de graduação procura construir a distinção dos professores doutores - mais ainda entre o chamado alto clero na pós-graduação - e o baixo clero do professorado. Neste grupo, as marcas sociais negativadas são mais visíveis que na pós-graduação, seja em termos de gênero, cor/raça, sexualidade, classe e de sua intersecção.

A próxima passagem é de uma professora mestre, lecionando em duas IES privadas. Ela é negra, solteira e tem um filho. É militante de esquerda e feminista. Buscou uma trajetória de dedicação à docência na universidade pública, fazendo doutorado no exterior e realizando pesquisa. Seu projeto inicial de carreira foi alterado pelo nascimento

do filho, que é cuidado sem a participação paterna. Ela sente satisfação com a atividade docente, mas considera que romantizou essa realidade, tomando como referência o que pensava sobre a universidade pública, onde não atuou. Tem que lidar com um cotidiano desgastante, dando muitas horas de aulas, em várias faculdades e em disciplinas com as quais não têm afinidades, em busca de um salário que dê para viver e prover o filho.

P.: Com relação a sua trajetória profissional, como você a avalia? Como ela se assemelha e se distancia do que você esperava dela?

R.: Olha, no que ela se assemelha: De fato, eu sempre quis iniciar pela atividade docente, fazer mestrado. Fiz doutorado e não conclui. Nisso ela se diferencia dos meus projetos. Meu projeto inicial era ter iniciado o mestrado, seguido logo para o doutorado aos 30 anos. E aos 30 anos eu engravidei, e isso fez com que, eu morava em Portugal, eu retornasse antecipadamente para o Brasil. Como eu exerço a maternidade solo, ou seja, não divido os cuidados dos filhos com meu companheiro, que não é companheiro, com o pai do meu filho, isso atrasou a conclusão do meu projeto de doutorado. Eu tive primeiro que trancar um ano, e depois de trancar eu voltei a trabalhar, e criança pequena e trabalho eu não conseguia conciliar, depois pela própria necessidade de cuidar do filho eu resolvi estudar para concurso, então suspendi mais um ano o doutorado. Então agora é que eu vou tentar concluir esse doutorado, entende? Então nesse aspecto não foi tudo como eu planejava, eu queria fazer mestrado, doutorado e fazer concurso para uma universidade pública. Esse era meu projeto inicial para ser professor. Como eu não consegui concluir o doutorado no tempo que eu planejava, e hoje não se faz mais concurso para universidade pública sem doutorado praticamente, essa trajetória teve que ser reformulada. Então eu resolvi estudar para concursos em um nível mais emergencial, e depois concluir o doutorado. Agora eu vou seguir para a Defensoria Pública, que por acaso... Eu tive que me reorganizar, apesar de ter gostado da reorganização que eu fiz, apesar das dificuldades, mas não é mais aquele projeto inicial que eu tinha feito. Pode ser que no futuro eu faça, entre para uma universidade pública, mas não vai ser agora minha função principal.

A maternidade e os cuidados com o filho entrecruzam o projeto profissional na vida da entrevistada acima, refletindo como as marcas do feminino demandam a reformulação nos planos de carreira. Até tornar-se mãe, a intersecção gênero, raça, classe

não havia obstaculizado seu projeto acadêmico, que vinha conseguindo concretizar. Ser mãe solteira é o ponto de viragem levando a docente a lecionar na graduação de duas faculdades privadas, enquanto tenta obter aprovação em um concurso extra-acadêmico. A carreira na universidade pública ganha novo sentido - romantizada, e a inserção em uma atividade jurídica pública é priorizada, burilando sua identificação com a Defensoria, em busca dessa equivalência.

Outro aspecto da diferença de gênero é relatado abaixo, na forma como uma professora que está tentando ingressar na docência da universidade pública percebe a reação de alunos e docentes diante da inclusão de questões relacionadas a gênero no programa de aulas de graduação. Ela é doutora, professora substituta, em regime temporário, em uma IES pública. É branca, casada e sem filhos.

P.: Você percebe mudanças no perfil discente que influenciem seu relacionamento com eles no exercício da docência?

R.: Eu senti uma mudança geracional agora, atual, em relação a abertura para esses debates de gênero e sexualidade. A primeira vez que eu levei esse tema foi em 2012, foi quando eu comecei o primeiro semestre, teve muita, teve uma certa resistência dos alunos, teve até uma situação que no final do semestre eu pedi para os alunos fazerem uma avaliação da disciplina de forma anônima e me mandar como recadinho, dando sugestões de melhoria da disciplina e tal. Um aluno mais velho, que já tinha meio que entrado em embate quando estava discutindo questões de gênero e relações de trabalho, (...) ele mandou um bilhetinho até assinado, que não precisava, para dizer para eu não ir de saia na sala de aula porque isso provocava os estudantes, houve essa coisa do controle do corpo (...). Aí outro aluno me mandou outro recado, agradecendo a aula, dizendo que tinha aprendido, pelo contrário, que tinha gostado muito desse debate e pedia desculpas pelos colegas dele, ou seja, que havia uma turminha em volta desse aluno que ficava fazendo piadinhas, piadinhas sobre mim, enfim, em relação a esse debate principalmente. Hoje em dia (...) eu acho que houve uma mudança mesmo, acho que é em termos como esse debate tem sido colocado hoje para a sociedade, houve um avanço, desde então. (...) Eu acho que também aí tem uma questão geracional mesmo, de uma geração em que esse debate foi colocado de forma mais intensiva, que hoje são os alunos que estão entrando nessa faixa etária de dezoito a vinte

anos, e eu sinto que eles são mais abertos ao debate. Isso não significa que seja 100% né, tem sempre a galera resistente por questões religiosas, por questão de formação de família e tal, ou até aquela resistência silenciosa, ele não te diz que é irrelevante ou não faz mais piadinha, mas também não participa, fica na dele, não fala sobre o assunto. Que isso é uma coisa que ainda eu sinto nesse termo gênero, que parece que é um debate das mulheres, então as mulheres conversam sobre isso : - nós não somos meninas, nós não precisamos conversar sobre isso, isso não nos pertence. Assim, isso ainda tem uma resistência grande (risos) e isso é um debate inclusive com os colegas que são de esquerda, que fazem produções nesse campo crítico de não inserir em categorias patriarcados de gênero como uma coisa relevante, como se isso não fosse também estrutural, estruturante de todos os problemas que eles também estão tratando. Então é isso, acho que ainda há coisas para se avançar, mas de maneira geral eu sinto que a abertura tem sido um pouco maior.

P.: E com relação ao corpo docente?

R.: Então, na [nome da faculdade] quando eu cheguei, em 2008, a única pessoa que fazia esse debate era a professora [nome] (...) o que já era um grande avanço porque na minha faculdade de Direito não tinha absolutamente ninguém. Mas nos últimos anos (...) houve um aumento entre o corpo docente feminino, é o que eu falei da resistência dos homens em debater isso. Então, de maneira geral, se ampliou porque ampliou um corpo docente que debate isso, mas a gente sente ainda algumas resistências, por exemplo, você vai fazer um programa, o meu programa é Filosofia do Direito, boa parte das autoras que eu utilizo são mulheres e eu tentei fazer um equilíbrio entre autoras mulheres, autores negros, e não só europeus, e aí você pega o programa dos outros professores homens, são todos autores homens, brancos, europeus. Então isso reflete um pouco do quanto eles consideram de fato esse debate relevante, quanto a fala das mulheres é relevante, então mesmo que não haja algo explícito, na prática fica (...).

As experiências de mulheres, de negros e de homoafetivos na docência do Direito não se limitam aos sentidos negativos atribuídos socialmente a esses marcadores, havendo relatos positivos de sentimentos de realização e reconhecimento seja no processo de formar discentes, seja entre colegas e na instituição. A negociação desses significados é uma maneira de buscar universalizar diferenças como constitutiva da

cadeia de equivalência, resistindo aos referentes particulares que se hegemonizaram (Laclau, 2011).

A identificação profissional, construída na vida adulta, pela formação superior e mais ainda no exercício da atividade, se articula a outros pertencimentos do sujeito que o acompanham no tempo. As formas como elas e eles suturam essas identidades produzem ambivalências, como também a percepção de um self coerente. Por meio do discurso, as identidades sociais são construídas e combinadas numa perspectiva relacional, como produto da marcação da diferença em vez da unidade idêntica. A identificação é ponto de sutura entre os discursos e as práticas que interpelam sujeitos, é uma articulação e não um processo unilateral (Hall, 2000).

Considerações finais

As fronteiras entre os “teachers” e os “professors” que poderiam fraturar a atividade do ensino em profissões distintas não ocorre no caso brasileiro para o ensino superior. As disputas morais travadas entre os docentes se intensificam para visibilizar suas diferenças como parte do universalismo constitutivo da lógica da equivalência. O processo fragmentário apresentado ao longo do texto possibilita os hibridismos nas identidades sociais, combinando a identificação com a docência e as carreiras jurídicas, em várias das entrevistas realizadas. Isso também difere da fratura, da ruptura da cadeia de equivalência. As tentativas de demarcação da dedicação exclusiva à carreira acadêmica se defrontam com os hibridismos das carreiras jurídicas lecionando na pós-graduação.

As profissões jurídicas, como a docência do Direito, estão fragmentadas nas elites e no corpo profissional, onde travam lutas por hegemonia, resistência e subalternidade. As disputas discursivas pela hegemonia na docência são recortadas também por forças jurídicas extra-acadêmicas e isso se reflete na valorização que os discentes reforçam dos professores bem sucedidos no mercado profissional e nas carreiras públicas.

As lógicas da equivalência e da diferença na docência não são estáticas, já que pelos discursos os docentes atribuem sentidos a significantes vazios como o “centro”, o “bom professor”, além de eles mesmos circularem em posicionalidades distintas que os interpelam quanto às identidades. Uma mesma pessoa pode ser advogada, lecionar em IES privada, ser discente de pós-graduação numa universidade pública, ser heterossexual, branca, evangélica, separada e mãe. A articulação dos sujeitos a essas estruturas de significação requer que invistam nessas posições. A produção de significados é contextual

seja na docência nas IES públicas, nas IES privadas de grande porte e nas pequenas mantenedoras.

O trabalho de campo dá visibilidade não só à tendência de padronização acompanhada do diagnóstico de massificação dos cursos de graduação, mas ultrapassa esse limite focando as disputas discursivas para a produção de centros e de descentramentos na docência do Direito.

O hibridismo das lógicas profissional, administrativa e de negócios deslocou a profissão de uma posição central e fixa nas identidades sociais, dando lugar à combinação de pertencimentos. Como o sujeito articula suas identificações varia de acordo com a experiência e a produção de significados. Não há uma identificação singular dominante entre os professores nas cadeias de equivalência e diferença. As marcas sociais são positivadas e negativadas produzindo na profissão práticas genderizadas e racializadas. A identificação profissional pode ser suturada de várias maneiras aos laços familiares, de gênero, sexualidade, raça, religião, entre outros. No que concerne ao gênero, 3 em cada 10 docentes de pós-graduação são mulheres. Nesses programas, a equivalência é produzida tendo como referente o masculino, com as mulheres agindo de forma rígida e vivendo a diferença de gênero como subjetividade, como parte de sua interioridade sem exteriorizá-la na intersecção com a profissão. Quando as professoras partilham da identidade de gênero em seu entrecruzamento com a profissional e expressam esse pertencimento, elas se distanciam dos referentes que se hegemonizaram na cadeia de equivalência da profissão, reafirmando um outro universalismo que espelhe essas diferenças.

Referências bibliográficas

BRAH, Avtar (1996) *Cartographies of diaspora; contesting identities*. Routledge.

CONNELL, Raewyn (2006) *Glass Ceilings or Gendered Institutions? Mapping the Gender Regimes of Public Sector Worksites* *Public Administration Review*, 66, at 847.

EVETTS, Julia (2012) *Professionalism: Value and ideology*. En: <http://www.isa-sociology.org/publ/sociopeda-isa>.

HALL, Stuart (1996) *Who needs identity?* In Hall and DiMaggio (eds), *Questions of cultural identity*, Sage.

LACLAU, Ernesto (2011) *Emancipação e Diferença*. RJ, EdUERJ.

(1992) Universalism, particularism and the question of identity.
https://www.jstor.org/stable/778788?seq=1#page_scan_tab_contents

LEURS, Rob (2009) <https://politicsandculture.org/2009/11/09/the-chain-of-equivalence-cultural-studies-and-laclau-mouffes-discourse-theory/>

SOMMERLAD, Hillary (2015) ‘The “Social Magic” of Merit: Diversity, Equity, and Inclusion in the English and Welsh Legal Profession’, *Fordham L Rev* 83 at. 2325, available at <http://ir.lawnet.fordham.edu/flr/vol83/iss5/7>.

THORNTON, Margaret (2015) ‘The changing gender regime in the neoliberal legal academy’ *SSRN*, available at https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2482926

VARELLA, Marcelo (2015). Quem influencia a pós-graduação em Direito no Brasil? Uma análise empírica da nucleação acadêmica. *Revista de Direito Brasileira*. V. 12, n. 5. Disponível em: <http://www.rdb.org.br/ojs/index.php/rdb/article/view/213>. Acesso em: 29 mar. 2017.